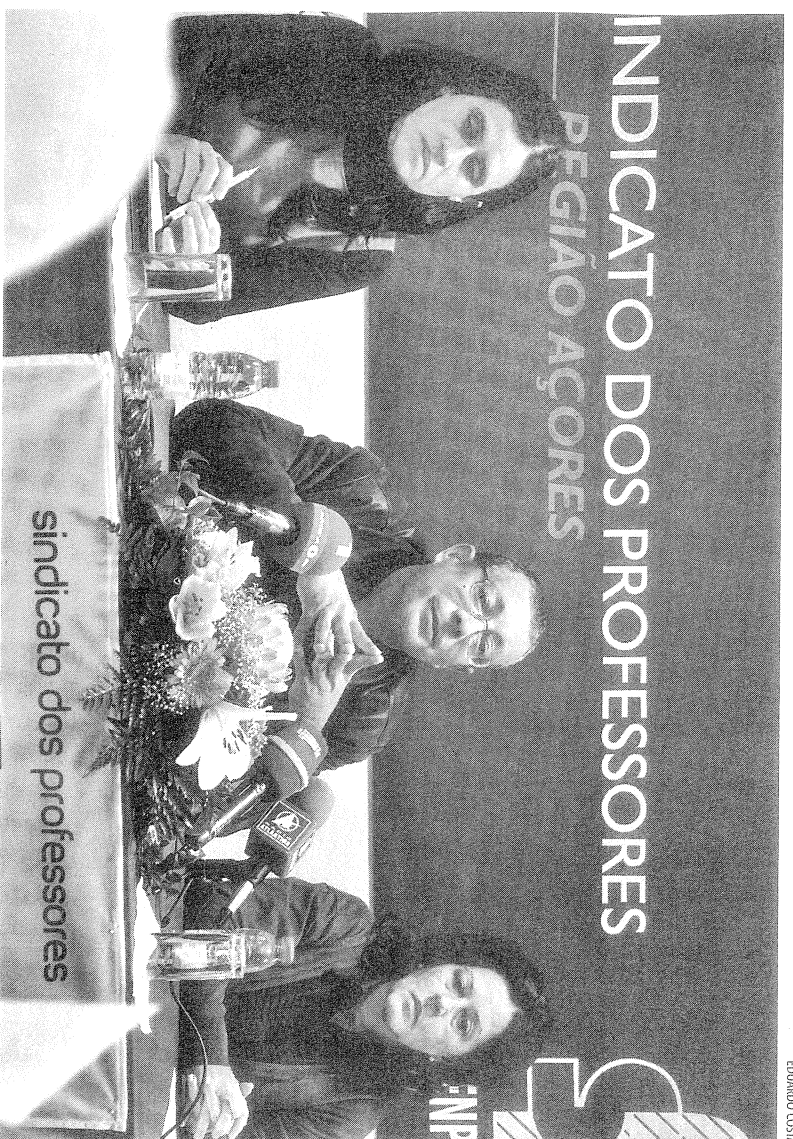


Professores vão usar postais para reivindicar concurso



EDUARDO COSTA

Sindicato afirma que há centenas de professores e docentes em regime de precariedade há anos

INDICATO DOS PROFESSORES
REGIÃO AÇORES

sindicato dos professores

O dirigente sindical acrescentou de seguida que “a manutenção por mais um ano de centenas de professores e educadores em regime de precariedade é inaceitável”.

O sindicato anunciou, por isso, que dá início esta quinta-feira em São Miguel a uma campanha, junto dos professores e educadores dos Açores para o preenchimento de um postal dirigido à secretária regional da Educação, Lina Mendes, exigindo a realização ainda em Janeiro do concurso do pessoal docente para o ano lectivo 2011/2012.

Com esta iniciativa, explicou o dirigente sindical, pretende-se “proceder a uma recolha rápida de assinaturas dos docentes antes da primeira quinzena deste mês”, estimando que possam assinar o documento “entre 1500 a 2000” professores.

Refira-se que nos Açores e segundo o SPRA, trabalham cerca de 4600 docentes.

António Lucas admitiu ainda a realização de uma acção de rua até final deste mês para “inverter a posição da secretária regional da Educação”, frisando que “a existência de um corpo docente estável é um requisito fundamental para o sucesso do Sistema Educativo Regional e para uma escola pública de qualidade”.

Nesta conferência de imprensa, o presidente do SPRA salientou também que este sindicato já entregou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada uma providência cautelar antecipatória para “travar” o que chamou “o roubo dos salários dos funcionários públicos que o Governo da República concretizou através do Orçamento de Estado para 2011”. ♦



Lina Mendes reage a conferência

“Governo procura gerir sistema educativo”

“Essa matéria está a ser debatida”, disse ontem Lina Mendes quando questionada pelos jornalistas sobre as críticas dos professores à não realização de concurso para o próximo ano lectivo (ler artigo ao lado).

Segundo a secretária da Educação, a tutela vai “no dia 1 de Fevereiro ter mais uma reunião com os sindicatos” mas, acrescentou, o que está em causa é “poder ou não poder em termos legais”, não estando “em causa não é o concurso em si, é uma alteração remuneratória” o que “não é permitido actualmente pela Lei do Organismo de Estado”. Questionada se o diálogo com os sindicatos não está fechado, respondeu que “nunca ficou fechado” e que “apenas houve um atraso no procedimento negocial”, entendendo que o SPRA está “a fazer o seu papel” num “jogo de interesses” em que “os sindicatos procuram cada vez mais regalias para os seus associados” e o “Governo procura gerir todo o sistema educativo”. ♦ **Ric/og**

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) inicia hoje a distribuição de postais pelas escolas do arquipélago, que serão depois enviados à tutela, exigindo “a realização, ainda em Janeiro, do concurso de pessoal docente” para o próximo ano lectivo.

“O SPRA considera que o quadro legal autónómico permite ao poder político regional fundamentar a realização dos concursos de recrutamento do pessoal docente e a admissão de novos funcionários públicos, indepen-

dentemente do previsto nos órgãos nacionais e regional para 2011”, afirmou ontem António Lucas, presidente do sindicato.

O dirigente sindical, que falava numa conferência de imprensa ontem de manhã em Ponta Delgada, salientou que “a não realização do concurso afecta centenas de docentes contratados a prazo e a mobilidade interna”.

“É de elementar justiça realizar o concurso. Existem mais de 800 professores e educadores a contrato na região há seis e sete anos, que estão a suprir necessidades permanentes de trabalho nas escolas”, frisou António Lu-

800 precários “há seis e sete anos”

O número é do SPRA e refere-se a docentes e educadores. Recorde-se que a situação foi debatida em 2010 no Parlamento açoriano por iniciativa do BE no sentido de criar um Quadro Regional Único que possibilitasse a efectivação de professores contratados com três anos consecutivos completos de serviço nas escolas. A proposta foi inviabilizada pela maioria com a tutela a argumentar que os números não eram viáveis pelo que o BE solicitou então um levantamento.